JORNAL OFICIAL

I SÉRIE — NÚMERO 46 TERÇA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1982

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução Nº 167/82:
Determina a Constituição de um Grupo de Trabalho destinado a efectuar o levantamento da situação actual do problema do **abastecimento de água na Ilha do Pico.**

SECRETARIA REGIONAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Despacho Normativo Nº 156/82:
Cria uma comissão para o estudo do desenvolvimento geotérmico nos Açores.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução Nº 167/82

Considerando que, dada a sua natureza e complexidade técnica e financeira, o problema do abastecimento de água é dos que mais preocupam as autarquias locais da Ilha do Pico;

Considerando que as referidas autarquias não dispõem de meios suficientes que lhes permitem em prazo aceitável resolver as situações de carência daquele bem essencial;

O Governo resolve:

1. Constituir um grupo de trabalho integrado pelos representantes, a seguir indicados, das Câmaras Municipais da Ilha do Pico e das Secretarias Regionais das Finanças, da Administração Pública e do Equipamento Social:

   — Pelas Câmaras Municipais da Ilha do Pico: os respectivos Presidentes

   — Pela Secretaria Regional das Finanças: Dr. Francisco Noronha

   — Pela Secretaria Regional da Administração Pública: Drª Ana Bernardo

   — Pela Secretaria Regional do Equipamento Social: Engª Maria João das Neves Pereira dos Santos Venceslau

2. Cometer a este grupo de trabalho a tarefa de, no prazo de 90 dias, efectuar o levantamento da situação actual do problema do abastecimento de água na Ilha do Pico e apresentar um estudo das soluções possíveis para o resolverem.

Aprovada em Conselho, em 28 de Outubro de 1982. — O Presidente do Governo Regional, *João Bosco Mota Amaral.*

SECRETARIA REGIONAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Despacho Normativo Nº 156/82

1. Todo o trabalho desenvolvido nesta Região Autónoma no decurso dos últimos seis anos nos domínios da geotermia e, em particular, a mais decidida orientação do mesmo no sentido da produção industrial de electricidade, verificada nos dois mais próximos, leva à conclusão de que o problema geotérmico nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial está «agarrado» e de que, do ponto de vista técnico, estão reunidas as condições para o arranque da fase industrial, não obstante os riscos inerentes a um projecto desta natureza. E parece não haver dúvida de que qualquer das ilhas dispõe de potencialidades geotérmicas muito superiores às necessidaes energéticas, a longo prazo, que possam ser satisfeitas a partir daquela fonte.

Com efeito, mostram-se de um modo geral satisfatórios os resultados dos seguintes estudos, cujos relatórios foram apresentados ao Laboratório de Geociências e Tecnologia no decurso dos últimos meses:

— a 1ª fase do estudo de exequibilidade da Central Geotérmica da Ribeira Grande, na Ilha de S. Miguel, levado a efeito pela firma italiana AQUATER;

— o estudo de pré-exequibilidade do aproveitamento geotérmico da ilha Terceira, levado a efeito pelo consórcio nipo-neozelandês Mitsubishi/Geothermal Energy New Zealand Ltd.

— o estudo pré-exequibilidade do aproveitamento geotérmico das ilhas Pico/Faial, levado a efeito pelo consultor francês Bureau de Recherches Géologiques et Minières.

Ao mesmo tempo, decorreram em S. Miguel trabalhos de campo, sob a orientação do U.S. Geological Survey, para a avaliação das potencialidades geotérmicas dos maciços de Furnas e Sete Cidades, cujas conclusões se afiguram animadoras.

2. Por outro lado, apontando já para a montagem das primeiras unidades industriais em S. Miguel, Terceira e Faial, foram recebidas propostas de firmas estrangeiras para o desenvolvimento dos recursos geotérmicos daquelas ilhas. Todas as propostas se revelaram de interesse, na medida em que definem claramente as principais fases do desenvolvimento do projecto, os respectivos programas cronológicos, as estimativas dos custos e o escalonamento dos financiamentos.

De qualquer modo, as propostas referidas incidem sobre projectos pontuais. E o problema que se põe neste momento à Região é o do desenvolvimento de um programa geotérmico a longo prazo, relativamente ao qual há que tomar opções de fundo e, subsequentemente, as medidas necessárias à implementação de projectos no quadro mais amplo da expansão do sistema energético regional. É alguma coisa de semelhante ao que se terá de passar no Continente Português, realtivamente à energia nuclear.

3. Com base nos estudos existentes sobre a evolução dos consumos na Região, nos elementos constantes e nas conclusões do Relatório Final sobre os Açores do «PORTUGAL/UNITED STATES COOPERATIVE ENERGY ASSESSMENT», e dos estudos e propostas já referidos, relacionados com o desenvolvimento geotérmico dos Açores, estão em curso de elaboração, na Direcção Regional de Energia, os pressupostos para o estudo de um programa até ao ano 2.010.
Este estudo, que deverá ser elaborado por uma comissão constituída por elementos da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, Universidade dos Açores e Empresa de Electricidade dos Açores, habilitará o Governo Regional a definir as grandes orientações, que hão-de presidir ao desenvolvimento do programa geotérmico dos Açores.

Com efeito, estando, como foi referido, o problema técnico praticamente dominado, a geotermia nos Açores constitui um problema fundamentalmente político e envolve três aspectos essenciais:

a) origem dos equipamentos e do apoio técnico aos trabalhos de desenvolvimento do campo geotérmico, tendo em conta as condicionantes do nosso enquadramento em espaços económicos mais amplos (opção nipo-neozelandeza, europeia...) e as vantagens da máxima participação nacional);

b) condições de financiamento tendo em conta, para além da questão estrita da atenuação do preço do custo do Kwh:

- o impacto do projecto no desenvolvimento económico e social da Região;
- o interesse científico no âmbito da investigação fundamental;
- o interesse como experiência no domínio da recuperação de novas energias renováveis;
- o eventual interesse do aproveitamento directo do calor;

c) qualidade do equipamento e fiabilidade da instalação.

Nenhum dos aspectos considerados é só por si determinante: — há que considerá-los em conjunto, procurando coinciliar os aspectos financeiros com os de fiabilidade do equipamento e com condicionantes do nosso enquadramento em espaços económicos mais amplos.

4. O documento a preparar pela «comissão» não terá de descer a detalhes técnicos nos domínios da geologia, da geofísica e da geoquímica, pois é essencialmente um estudo de rendibilidade de hipóteses alternativas do desenvolvimento do programa geotérmico. Mas nem por isso pode deixar de debruçar-se sobre o «curriculum» das diferentes entidades interessadas, no âmbito das geociências, pois estas estão na base do

êxito do empreendimento.

Nestes termos:

1º — É criada a comissão para o estudo do desenvolvimento geotérmico nos Açores a longo prazo, constituída pelos seguintes elementos.

Deodato Magalhães Sousa	Adjunto para a Energia (SRCI)
Frederico Machado	da Universidade de Aveiro
José Ávila Martins	da Universidade dos Açores
Vítor Hugo Forjaz	da Universidade dos Açores
António Rodrigues da da Silva	Director do Projecto Geotérmico (LGT-SRCI)
Mário Meneses	Director do LGT (SRCI)
Dinis Pimentel da Silva	Administrador da EDA
Eduardo Moura	Responsável pelo DCEQ, da EDA
José António Resendes	Chefe da Divisão de Produção Energética da DRE (SRCI)
Jorge Castanheira	do Gabinete Técnico da (SRCI)

2º — A coordenação dos trabalhos fica à responsabiLIDADE DO Adjunto para a Energia, Engº Deodato Magalhães Sousa.

3º — O estudo basear-se-á nos elementos e conclusões dos trabalhos realizados nos domínios do planeamento energético da Região e bem assim nos elementos e conclusões dos estudos geotérmicos em particular, designadamente os de exequibilidade e pré-exequibilidade realizados nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial/Pico.

4º — O estudo deverá concluir pela apresentação de estratégias alternativas para o desenvolvimento geotérmico dos Açores a longo prazo, que constituam outras tantas soluções de compromisso entre a economicidade dos empreendimentos e autonomia energética a que conduzem, ponderando devidamente, em cada uma delas, os aspectos ligados ao financiamento, à fiabilidade dos equipamento e ao «Know-how» nos domínios da recuperação dos fluídos geotérmicos.

5º — o estudo deverá ficar concluído no dia 6 de Dezembro de 1982.

Secretaria Regional do Comércio e Indústria, 8 de Novembro de 1982. — O Secretário Regional do Comércio e Indústria, *Américo Natalino de Viveiros.*

PREÇO DESTE NÚMERO — 10$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional dos Açores, Palácio da Conceição, Ponta Delgada S.Miguel, Acores».

ASSINATURAS

I e II Séries (em conjunto)	1.500$00
I ou II Série (em separado)	800$00
III ou IV Série	400$00
Preço avulso por página	2$50

«O preço dos anúncios é de 20$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional dos Açores».

Composição, Montagem e Impressão — IMPRAÇOR — S.A.R.L. — Ponta Delgada